

## **Desigualdades Regionais: Superação pela Universidade Autônoma**

Reitor Cristovam Picanço Diniz, UFPA –Universidade Federal do Pará

Dentre as várias ações empreendidas pelo sistema federal de ensino superior buscando contribuir para o desenvolvimento das regiões onde suas instituições estão inseridas, está a capacitação de professores do ensino fundamental e médio, o ensino de graduação e a pesquisa e a pós-graduação.

Para estas ações mencionadas há um conjunto de dados oficiais das diferentes regiões do País que as tornam particularmente adequadas para a discussão pretendida. Eles expressam bem as dimensões das assimetrias regionais da educação brasileira e nos ajudam a identificar o tamanho do desafio a ser enfrentado. Identificado o desafio, se poderá falar de sua superação pela universidade autônoma.

### **1. O Panorama do Ensino Fundamental e Médio**

A figura 1 ilustra a matrícula de alunos no ensino médio e no fundamental nas cinco regiões brasileiras. É possível desde já, pela simples comparação dos números dentro de cada região e entre as regiões, prever que, por ser a matrícula nos dois níveis do ensino básico tão discrepante, milhões de crianças têm e terão a sua biografia escrita antecipadamente tal o nível de exclusão a que estão submetidas ainda nesse nível de ensino.

Na figura 2 ilustram-se as funções docentes do ensino fundamental por grau de formação nas cinco regiões do país. De um modo geral, as funções docentes do ensino fundamental ainda são ocupados por professores até então excluídos da experiência do terceiro grau, e em proporção significativa, excluídos também da experiência do ensino médio, nas regiões Norte e Nordeste. Apenas nas regiões Sul e Sudeste se pode falar de docentes com terceiro grau completo como maioria no ensino fundamental.

É possível antecipar desde já as conseqüências desse ensino, ministrado por professores com baixo nível de escolaridade, em um mundo de permanentes transformações, onde o conhecimento se renova a cada década e para o qual se exige educação continuada para a garantia do emprego.

Na figura 3 os dados reportam a situação do ensino médio. Já se vê que em relação ao ensino fundamental, o percentual de professores excluídos da

experiência do terceiro grau é menor do que o daquele em todas as regiões do País. Esse dado, entretanto, pode não significar muita coisa, considerando-se a oferta de vagas e o número de estabelecimentos dedicados ao ensino médio em relação aos dedicados ao fundamental, como se vê na figura 4.

É claro que tais discrepâncias têm sido anunciadas pelos números oficiais e se tem pretendido sua correção. Veja-se, por exemplo, o primoroso parecer de Guiomar Nano de Melo, da Câmara de Ensino Básico do Conselho Nacional de Educação, acerca dos desafios do ensino médio brasileiro, assim como a documentação sistematizada pelo INEP, coordenado por Maria Helena Guimarães, mostrando as dimensões da fome de educação a que está submetida a população brasileira.

Reconhece-se, portanto, uma dívida social a ser paga de proporções gigantescas, considerando que as dimensões atuais do sistema de ensino superior atingem apenas 10% da população de 18 a 24 anos. Para que se possa precisar corretamente a quantidade de professores do ensino básico que têm necessidade de formação avançada, é necessário levar em conta que seu número deve ser suficiente para gerar ensino de boa qualidade para todas as crianças e adolescentes do País.

## 2. A concentração do Ensino Superior

Não menos assimétrica é a oferta do ensino superior na graduação, responsável entre outras coisas pela formação dos quadros técnicos necessários ao desenvolvimento econômico sustentado do País. A tabela 1 e a figura 1 ilustram bem esse fato, indicando que o problema tem se agravado quando se toma como referência uma série histórica como a de 1991 e 1996, disponibilizada pelo INEP.

Tabela 1. Oferta das vagas nos Vestibulares (Valor absoluto)

	Brasil	Norte	Nordeste	C-Oeste	Sudeste	Sul
1991	516.663	17.199	64.618	26.740	316.568	90.938
1992	534.847	19.617	65.807	27.053	333.052	89.318
1993	548.678	20.826	66.170	28.517	339.396	93.769

1994	574.135	24.042	67.992	29.301	351.460	101.340
1995	610.355	16.746	73.652	38.910	375.293	105.754
1996	634.236	18.831	76.005	41.408	391.542	106.400

Fonte: INEP

Os excluídos, medidos pela diferença entre oferta e demanda, podem ser apreciados no período entre 1991 e 1996 na Tabela 2.

Tabela 2. Demanda e Exclusão no Ensino de Graduação no Brasil entre 1991 e 1996.

BRASIL Demanda	Excluídos	Percentual de Excluídos
Ano 1991 1985825	1559267	78,5%
Ano 1992 1836859	1425949	77,6%
Ano 1993 2029523	1589722	78,3%
Ano 1994 2237023	1773783	79,2%
Ano 1995 2653853	2143476	80,7%
Ano 1996 2548077	2034235	79,8%

A distribuição dessas vagas por região completa a paisagem do ensino de graduação (Ver Figuras 3 a 5). De cada 100 jovens entre 18 e 24 anos que tentam ingressar no ensino superior nas regiões Norte e Nordeste, apenas 5 são bem sucedidos. Esse número representa em média duas vezes menos alunos na faixa etária de 18 a 24 anos naquelas regiões do que nas demais.

Em números absolutos, o cenário da espiral concentradora é ainda mais devastador, quando se considera que a região Sudeste detém mais vagas no ensino superior do que a soma de todas as outras regiões juntas (1.053.000 no Sudeste contra 895.000 resultante da soma das demais).

Quando se analisa a distribuição das vagas por dependência administrativa, aí então se tornam claras as diferenças econômicas regionais entre os alunos de graduação. Nas regiões Norte e Nordeste em particular, o componente de ensino público representa 67% da oferta de vagas do ensino superior, enquanto nas demais regiões o componente privado é majoritário (no Sudeste 74% das vagas já são privadas). Quando se comparam as análises sócio-econômicas dos ingressantes no ensino superior público no Norte e Nordeste com as demais regiões, se observa que 60% deles pertencem às classes C/D/E, enquanto que no

Sul e Sudeste os perfis dos alunos da rede pública de ensino superior se deslocam para as classes A e B.

Figura 3. A ocupação das vagas do ensino superior no Nordeste.

Figura 4. A ocupação das vagas do ensino superior no Norte.

Figura 5. A ocupação das vagas do ensino superior no Sudeste.

Figura 6. A ocupação das vagas do ensino superior no Centro-Oeste.

Figura 7. A ocupação de vagas do ensino superior no Sul.

### **3. O Fosso Acadêmico Intra e Interrregional na Pesquisa e na Pós-Graduação**

O desequilíbrio econômico regional é um dos mais graves problemas brasileiros. Ele vem sendo abordado por sucessivos governos, que já experimentaram desde o assistencialismo direto aos bolsões de miséria, até grandes projetos infra-estruturais de desenvolvimento, passando pela destinação de parcelas significativas de recursos, por meio da renúncia fiscal, para o estabelecimento de empresas privadas. Todas as iniciativas, entretanto, não alteraram o quadro de concentração de renda na região Sudeste, seguida pela região Sul.

Nunca houve no país, entretanto, uma política de qualificação de recursos humanos para o desenvolvimento. Além disso, as iniciativas voltadas para a solução do desequilíbrio regional não foram articuladas com qualquer política de qualificação de recursos humanos. Isso explica em grande parte porque as iniciativas até agora não atingiram os resultados esperados.

A formação de recursos humanos qualificados passa pela quantidade e localização de cursos e pela natureza desses cursos. Hoje, no Brasil, os cursos de pós-graduação (mestrado e doutorado) se distribuem assim, por região, segundo a CAPES (1996):

Quadro 1 - Número de Cursos de Pós-Graduação Stricto sensu (Mestrado e Doutorado) por Região.

REGIÃO Número de cursos

**Norte (Amazônia Legal) 41**

PARÁ

FCAP 03

UFPA 18

AMAZONAS

UA04

INPA 09

MARANHÃO

UFMA 03

MATO GROSSO

UFMT 04

ACRE, RORAIMA, TOCANTINS, AMAPÁ, RONDÔNIA nenhum

**Nordeste 186**

**Centro Oeste 68**

**Sul 237**

**Sudeste 1.224**

Fonte: MEC.CAPES.1996

Esse quadro deixa para a Região Sudeste 69,7% dos cursos e para a Região Sul, 13,5%. Distribuídos nas outras regiões estão, pois, menos de 20% do total dos cursos de pós-graduação stricto sensu de todo o país.

Não haveria problema em um estado não ter cursos de pós-graduação se o estado vizinho dispusesse deles. No caso brasileiro, entretanto, há dois, três mil quilômetros entre os estados que têm e os que não têm cursos, além de peculiaridades no próprio meio geográfico que diferenciam as regiões brasileiras.

Essa distorção é conseqüência e causa, ao mesmo tempo, de uma espiral concentradora. Mais cursos de pós-graduação significam mais investimentos de pesquisa que, por sua vez, geram mais cursos. Além disso, distribui desigualmente as oportunidades, onerando pesadamente os estudantes das regiões menos desenvolvidas que se vêem obrigados a se deslocarem para o Sudeste e Sul, trabalhando objetivos distantes de sua região, para se qualificarem.

Em 1995, era a seguinte a situação da pós-graduação no Brasil, segundo a CAPES:

Fonte: MEC/CAPES/DAV in Casseti & Silveira

Gráfico 1

Se poderia argumentar que este quadro resulta da distribuição populacional no Brasil. Mas isto não é verdade. A relação entre o número de programas de pós-

graduação (que envolvem cursos de mestrado e doutorado) e a população residente é desigual. Segundo a CAPES, em 1996, o número de cursos por milhão de habitantes apresentava a seguinte relação: Norte, 3,39 cursos por milhão de habitantes; Centro-Oeste, 8,06; Nordeste, 4,87; Sul, 11,21; e Sudeste, 19,86. A relação média brasileira é de 12,33 cursos por milhão de habitantes - e todas as regiões, à exceção do Sudeste, estão abaixo dessa média.

Essa situação também pode ser visualizada por meio do seguinte gráfico:

Fonte: MEC/CAPES/DAV. idem.

Gráfico 2

Essa concentração também é de recursos financeiros. Em 1995, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) dispendeu aproximadamente US\$ 545 milhões em bolsas e apoio à pesquisa. Desse total, 8% se destinaram a bolsistas sem vínculo institucional e outros incentivos. Os restantes US\$ 503.825.000 foram assim distribuídos (em US\$1.000,00):

Norte	Centro-Oeste	Nordeste	Sul	Sudeste	Total
7.937,20	28.448,80	50.073,70	75.681,90	341.684,00	503.825,60

Em valores percentuais isso se traduz da seguinte forma:

Fonte: MEC/CAPES/DAV ,Idem.

Gráfico 3

As despesas havidas em 1995 apresentaram a seguinte distribuição, em relação à população residente e ao PIB estadual:

Fonte: MCT. O Fomento do CNPq...1995

Gráfico 4

Fonte: MCT.O Fomento do CNPq...1995  
Gráfico 5

Fonte: MEC/CAPES/DAV, Idem.

Gráfico 6

Fonte: MEC/CAPES/DAV, idem  
Gráfico 7

Note-se a larga vantagem da região Sudeste, e ressalte-se, ainda, que o volume de investimentos na região Centro-Oeste é concentrado no Distrito Federal por meio da UnB, que representa 82,72% do total de dispêndios para essa região. Mas nesse mesmo ano, as regiões Norte e Centro-Oeste, juntas, só conseguiram 2% do total das bolsas de doutorado, que ficaram em sua maioria (85,83%) na região Sudeste.

A distorção chegou a tal ponto que hoje a região Sudeste controla praticamente todo o sistema. São dessa região 118 das 159 pessoas que, por meio dos comitês assessores do CNPq, definem a destinação dos recursos financeiros de pesquisa e pós-graduação. Os representantes do Sudeste são também maioria na CAPES, que controla as bolsas, onde o Sudeste detém 29 dos 42 lugares, não havendo representante da região Norte e apenas dois, da UnB, da região Centro Oeste.

O controle se estende também ao processo de avaliação, pelo qual são qualificados os cursos de pós-graduação. A avaliação é feita de forma séria pelo corpo de consultores credenciados. Mas como os avaliadores são em sua maioria oriundos do Sudeste, o resultado é que esta região avalia as demais e se auto-avalia - o que pode responder, em parte, pelas atuais discrepâncias.

O processo de concentração que conduziu a essa distorção pode ser acompanhado no gráfico a seguir:

Fonte: MEC/CAPES/DAV. idem.

Gráfico 8

Semelhante controle se reflete diretamente no financiamento da pesquisa. Os gráficos seguintes, que avaliam a destinação de recursos das principais financiadoras brasileiras - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, FNDCT; Financiadora de Estudos e Projetos, FINEP e Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico, PADCT, demonstram claramente a concentração maciça de recursos para o Sudeste.

Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Fonte: Ministério da Ciência e Tecnologia - Relatório Estatístico 1985/1994

Gráfico 9

Financiadora de Estudos e Projetos

Fonte: Ministério da Ciência e Tecnologia - Relatório Estatístico 1985/1994

Gráfico 10

Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Fonte: Ministério da Ciência e Tecnologia - Relatório Estatístico 1985/1994

Gráfico 11

Ora, o desequilíbrio regional é razão direta do desequilíbrio no desenvolvimento. Não há como negar a relação entre o desenvolvimento e a quantidade de conhecimento posto à disposição da sociedade pelas suas unidades geradoras. Particularmente quando se fala em desenvolvimento sustentável, cuja principal característica é trocar a agressividade no trato dos recursos naturais pela sofisticação inteligente que permite o máximo de aproveitamento de recursos disponíveis.

Amazônia e Centro-Oeste são duas regiões de ecossistemas diferenciados, de equilíbrio delicado e que necessitam de um desenvolvimento específico. Não será possível realizar este desenvolvimento sem que sejam colocados à disposição da sociedade os meios necessários, gerados diretamente da pesquisa e da qualificação de recursos humanos de e para essas regiões.

As recentes experiências de implantação de grandes projetos de infraestrutura e de aproveitamento econômico retratam de forma dramática essa situação. A



carência de recursos humanos qualificados obriga as empresas a contratarem pessoal e serviços no Sudeste, o que onera pesadamente os custos das atividades. E os resultados são sempre tímidos, na medida em que o pessoal contratado precisa reaprender o trabalho, dadas as peculiaridades locais.

As tendências históricas do sistema nacional de pós-graduação revelam a impossibilidade de se criar escolas de produção de conhecimento que viabilizem o desenvolvimento sustentado. Isso está expresso pelo levantamento da evolução histórica dos últimos doze anos da pós-graduação brasileira.

Fonte: A CAPES e o Projeto Norte de Pesquisa e Pós-Graduação. Cury A. 1996.

## Gráfico 12

Universidades Da Amazônia Brasileira:  
As Diferenças Intraregionais.

Há no interior da Amazônia um esforço enorme para dar conta dos problemas do desenvolvimento. Estados e municípios com arrecadação pequena buscam ajuda permanente das universidades na esperança de que, por meio delas, possam suprir suas deficiências no planejamento e na execução das medidas para o desenvolvimento regional. A renúncia fiscal e o assistencialismo direto aos bolsões de miséria, sem uma política de formação e fixação de recursos humanos atrelada ao desenvolvimento regional, já deu sinais de insuficiência e desperdício. Tais medidas não têm conseguido evitar a migração permanente das populações do meio rural para as grandes cidades em busca de melhores condições de saúde, educação, emprego e renda, reproduzindo o modelo das mega-cidades envoltas pelos cinturões de miséria, esperando a urbanização.

Além disso, não conseguiu substituir a agressividade no trato com os recursos naturais pela sofisticação inteligente, que permite desenvolver sem destruir.

Cabe, portanto, promover o diagnóstico da base científica e tecnológica instalada na Amazônia olhando a composição dos quadros técnicos das universidades e institutos de pesquisa regionais, assim como o seu envolvimento com a produção e disponibilização do conhecimento gerado para a sociedade. Os quadros seguintes ilustram a situação atual.

Quadro 2 - Instituições de Ensino Superior e Pesquisa na Região Norte.  
Docentes e Pesquisadores (incluindo visitantes e substitutos). 1996.

Instituições	Graduados	Especialistas	Mestres	Doutores	Total
--------------	-----------	---------------	---------	----------	-------

IQCD (índice de qualificação do corpo docente)

1. IES					
FCAP	30	15	79	36	160
2,98					
UA	195	254	266	65	780
2,34					
UEMA	253	295	83	19	650
1,82					
UEPA	190	280	55	29	554
1,91					
UFAC	114	136	99	23	372
2,14					
UFMA	350	330	247	95	1.022
2,17					
UFMT	216	477	346	69	1.108
2,30					
UFPA	451	655	562	232	1.900
2,42					
UFRR	104	18	99	11	232
2,12					
UNAMA	45	208	163	19	435
2,40					
UNEMAT	343	50	13	0	406
1,18					
UNIFAP	58	23	19	02	102
1,68					
UNIR	121	72	67	17	277
1,98					
2. IP					
INPA	12	23	98	90	223
3,59					
MPEG	0	03	38	48	89
4,04					
TOTAL	2.482	2.839	2.234	755	8.310
2,24					

Fonte: Dados fornecidos por cada IES e IP integrantes do PIUAL (Protocolo de Integração das Universidades da Amazônia Legal)

Do quadro é possível constatar que a composição atual dos quadros de pesquisadores e docentes-pesquisadores das Instituições de Ensino Superior (IES) e dos Institutos de Pesquisa (IP) da região Norte é insuficiente em

densidade e qualidade. Dentre os 8.310 docentes e/ou pesquisadores das instituições, são doutores apenas 755 (9,1%). A maior parte deles concentrados nas grandes universidades e instituto de pesquisa (UFPA = 232, UA = 65, INPA = 90, UFMT = 69, UFMA = 95) e em quase 100% dos casos, nas capitais de seus estados. Além disso os índices de qualificação do corpo docente dentro de cada instituição, estimados como a média ponderada com peso 5 para os doutores, 3 para os mestres, 2 para os especialistas e 1 para os graduados, revela que as IES regionais ainda estão muito aquém dos valores desejados (em uma escala de 0 a 5 apenas duas instituições, entre as que enviaram seus dados, exibem valores maior que 3).

Consideradas a idade de cada instituição, sua situação geográfica e o nível de desenvolvimento da região onde está inserida, é preocupante constatar no quadro a seguir que as contratações de docentes realizadas nos últimos cinco anos pelas diferentes instituições revelam índices de qualificação baixos, havendo em alguns casos valores médios menores do que os atuais. A razão principal, dentre várias para esse fato penoso, decorre da indisponibilidade de pessoal formado na região para concorrer e ocupar tais vagas.

Quadro 3 - Instituições de Ensino Superior e Pesquisa na Região Norte  
Docentes e Pesquisadores Contratados 1993-96, por titulação

Instituições	Graduados	Especialistas	Mestres	Doutores	Total
IQCD					
1. IES					
FCAP	18	0	10	20	48
3,08					
UA	212	190	198	61	661
2,26					
UEMA	25	60	05	04	94
1,91					
UEPA	94	18	03	02	117
1,32					
UFAC	23	40	16	0	79
1,91					
UFMA	31	12	06	02	51
1,62					
UFMT	70	45	40	10	165
2,01					
UFPA	308	192	123	52	675
1,95					

UFRR	58	13	62	10	143
2,23					
UNAMA	11	30	21	02	64
2,25					
UNEMAT	234	25	03	0	262
1,11					
UNIFAP	58	23	19	02	102
1,67					
UNIR	30	13	02	09	54
1,98					
UNITINS	86	172	76	13	347
2,08					
2. IP					
INPA	0	0	0	0	0
MPEG	0	0	02	05	07
4,42					
TOTAL	1.258 833	586	192	2869	1,97

Fonte: Dados fornecidos por cada IES e IP integrantes do PIUAL

Das 2.869 contratações de docentes nas IES da Amazônia brasileira nos últimos cinco anos, apenas 192 foram feitas em nível de doutorado (6,7%). Considerando que a composição atual de doutores no quadro docente é de 9,1%, contratamos, em média, pessoal de menor qualificação. A outra variável que contribui para a redução dos índices de qualificação é a coincidência de aposentadorias do pessoal mais qualificado em função da faixa etária onde estão incluídos. Isso é visível na tabela a seguir. Navegamos no grupo dos doutores contra uma faixa etária média de aproximadamente 43 anos, o que os coloca mais próximos da aposentadoria por tempo de serviço do que os demais. Como a taxa de formação de doutores é lenta, o balanço atual é negativo, resultando em desqualificação relativa. Há, adicionalmente, um agravante em relação aos demais grupos (graduados, especialistas e mestres) que com mais de 40 anos, em média, dificilmente completarão sua formação acadêmica em tempo hábil de contribuir com densa produção de conhecimento para os padrões de exigência regionais. Isso é particularmente mais grave em relação ao grupo de graduados e especialistas que constituem 64% do total de docentes (5.321, em um total de 8.310 docentes). Esses indicadores exigem estratégia especialmente desenhada para propor soluções adequadas à realidade de cada universidade e dentro delas, das diferentes áreas do conhecimento.

Quadro 4 - Instituições de Ensino Superior e Pesquisa na Região Norte.

Média de Idade dos Docentes e Pesquisadores (incluindo substitutos e visitantes) 1996.

TITULAÇÃO

Institutos	Graduados	Especialistas	Mestres	Doutores	Média Geral
1. IES					
FCAP	37	49	58	52	49
UA	37,8	41,9	44,4	46,7	42,7
UEMA	30	32	35	41	34,5
UEPA	0	40,2	42,4	53,5	45,4
UFAC	41	39,2	48	46,2	43,6
UFMA	41	44	42	50	44,2
UFMT	39,1	42,5	42,5	44,9	42,2
UFPA	43,5	45,7	42,6	46,0	44,4
UFRR	33,2	32,5	35,2	42	35,7
UNAMA	43,4	40,8	40,2	42,1	41,6
UNEMAT	33,1	36,8	40	0	36,4
UNIFAP	30,1	37,7	36,5	55,0	39,8
UNIR	41,2	42,3	40,5	46,9	42,7
UNITINS*	0	0	0	0	0
2. IP					
INPA	0	0	0	45	45
MPEG	0	44,3	42,5	45,4	44,1

Fonte: Dados fornecidos por cada IES e IP integrantes do PIUAL

Nota: \* Os dados não foram fornecidos

Ainda que no último quadriênio tenha crescido bastante o número de professores em treinamento avançado por meio dos programas institucionais de capacitação docente e técnica, (592 novos doutores e 980 novos mestres estão sendo formados por meio do PICDT/CAPES), eles se distribuem assimetricamente no espaço geográfico e institucional. Os números podem ser vistos na tabela seguinte.

Quadro 5 - Instituições de Ensino Superior e Pesquisa na Região Norte .  
Docentes e Pesquisadores em Treinamento no período de 1993-96

INSTITUIÇÃO

	NA INST.	PAÍS	EXTERIOR	TOTAL
	MEST.	DOUT.	ESPEC.	
1. IES				
FCAP	07	15	03	25
	07	16	02	

UA	87		140	18	245
169		76	0		
UEMA	72		140	01	213
93		29	91		
UEPA	0		127	0	127
61		06	60		
UFAC	19		104	01	124
95		29	0		
UFMA	48		81	05	134
78		56	0		
UFMT	58		138	03	199
91		108	0		
UFPA	119		177	23	319
139		147	33		
UFRR	24		67	15	106
51		28	27		
UNAMA	122		17	02	141
65		02	74		
UNEMAT	44		40	0	84
33		07	44		
UNIFAP	0		08	02	10
08		02	0		
UNIR	29		37	05	71
26		19	26		
UNITINS	0		66	04	70
55		15	20		
2. IP					
INPA	08		0	14	22
0		22	0		
MPEG	07		22	10	39
09		30	0		
TOTAL	644		1.179	106	1.929
980		592	377		

Fonte: Dados fornecidos por cada IES e IP integrantes do PIUAL

Finalmente, quando se computa o número de doutores na Amazônia envolvidos com atividades de pós-graduação, é visível que apenas parte dos doutores residentes permanece dando continuidade ao ciclo de formação de recursos humanos e produção de conhecimento. Os números estão disponíveis nos quadros a seguir. Totalizando os dados das instituições que os forneceram, 499 (66%)

doutores estão envolvidos com a pós-graduação, sendo que 373 destes (63%) fazem parte do corpo permanente das IES e institutos de pesquisa, sendo os demais professores visitantes.

Quadro 6 - Instituições de Ensino Superior e Pesquisa na Região Norte .  
Docentes-Pesquisadores Envolvidos com a Pós-Graduação (Stricto sensu)

Instituições	MESTRES		DOUTORES	
	Permanentes	Visitantes	Permanentes	Visitantes
1. IES				
FCAP	15	0	14	20
UA	23	02	51	31
UFAC	10	0	07	03
UFMA*	0	0	0	0
UFMT	11	0	38	14
UFPA	43	04	160	31
UNAMA	03	0	05	12
2. IP				
INPA	0	0	83	12
MPEG	0	0	15	03
TOTAL	105	6	373	126

Fonte: Dados fornecidos por cada IES e IP integrantes do PIUAL

Nota: Os dados não foram fornecidos.

Quadro 7 - Publicações Científicas das Universidades e Instituições de Pesquisa da Amazônia

Legal no Período de 1990-95.

Instituições	LIVROS	C.LIVROS	ARTIGOS PLENOS	EVENTOS
	TOTAL	Nacional	Internac.	
1. IES				
UA	24	05	57	18
	75	0	104	
UFMA	23	14	152	56
	208	637	872	
UEMA	0	0	25	0
	25	0	25	
UFAC	14	03	63	11
	74	47	121	
UFMT	23	14	152	56
	208	637	872	

UNIR	16	02	177	66
	205	205	463	
FCAP	24	17	127	24
	192	598	790	
UFPA	101	162	490	231
	721	272	1.256	
2. IP				
INPA	30	126	213	221
	434	75	665	
MPEG	37	0	151	89
	240	0	240	
TOTAL	292	343	1.607	772
	2.382	2.471	5.408	

Nota: Informações colhidas do: Banco de Dados da CAPES\EXECAPES.1991-1995,

Banco de Dados da UFPA\PROPESP.1996.Currículos enviados pelas IES e IP da Região Norte.

#### 4. Conclusão

Parece determinante que em um cenário de autonomia haja um mínimo de esperança de se distribuir melhor as chances de autonomia e soberania nacionais de modo a preservar minimamente o pacto federativo. Para tal é necessário reconhecer que o país é muito injusto em termos de oportunidades, cruel em termos de exclusão social e tem estado assim por um tempo longo demais. Que não corrigirá rotas se pretender um único cenário para os tempos de universidade autônoma. É mais do que nunca necessário garantir a instalação de políticas assimétricas, de modo a corrigir as rotas que o piloto automático do desenvolvimento assimétrico gerou no Brasil. O parlamento tem um papel essencial nessa transição, posto que legitimado pelas eleições que o fizeram comando, pode garantir de forma suprapartidária o melhor projeto para educação nacional.